

Exame escrito  
Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
Justiça Constitucional  
TAN  
19 de julho de 2024

I

Desenvolva um dos seguintes temas:

1. Comparação entre os traços essenciais do modelo de fiscalização da constitucionalidade de *judicial review* americano e do sistema português.

R. **JUSTIÇA CONSTITUCIONAL I**, De *Bonham* à constituição *prima facie*, certezas e inquietações, pp. 54-64, pp. 225 ss.

2. Efeitos da decisão do Tribunal Constitucional que se pronuncie pela inconstitucionalidade de normas em fiscalização abstrata sucessiva.

R. Análise do artigo 282.º, n.ºs 2, 3 3 4, da CRP, discorrendo sobre os efeitos típicos das decisões de provimento do TC que deles se extraem.

Vale 6 valores.

II

Pronuncie-se sobre as consequências processuais dos seguintes aspetos (com referências às normas processuais pertinentes):

1. Não invocação de forma processualmente adequada da questão de inconstitucionalidade nos casos do n.º 1, alínea b), do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional.

R. Artigos 72.º, n.º 2, 76.º, n.º 2, 78.º-A, n.º 1, da LTC.

2. Princípio do dispositivo.

R. Nomeadamente, artigos 51.º, n.º 5, 53.º, 75.º-A, n.º 1 e 79.º-C, da LTC

3. Necessidade de esgotamento prévio dos recursos ordinários em algumas vias de recurso para o Tribunal Constitucional em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

R. Artigo 70.º, n.º 2 e 5, da LTC.

4. Intempestividade do recurso para o Tribunal Constitucional em fiscalização concreta da inconstitucionalidade.

R. Interpretação aplicativa do artigo 75.º da LTC.

Vale 8 valores

III

Escolha três das seguintes alíneas e diga sucintamente o que entende por:

1. Caso julgado formal em fiscalização abstrata sucessiva.  
R. força de caso julgado formal equivale à aquisição de definitividade e incontestabilidade da decisão no âmbito do processo concreto.
2. Declaração com força obrigatória geral.  
R. Decisão do Tribunal Constitucional sobre a inconstitucionalidade ou a ilegalidade (quando possível) que vincula todas as entidades públicas (incluindo o Tribunal Constitucional) e privadas, implicando, tipicamente, a irradicação do ordenamento da norma que seja objeto daquela declaração.
3. Decisões manipulativas do Tribunal Constitucional.  
R. Decisões através das quais o Tribunal Constitucional (e, eventualmente, outros tribunais), age sobre o conteúdo da norma por forma a obter um resultado que lhe permita escapar à declaração / juízo de inconstitucionalidade.
4. Repetição do julgado.  
R. Artigo 281.º, n.º 3, da CRP; artigo 82.º, da LCT.

Cada resposta vale 2 valores.